



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REPACTUAÇÃO DO
CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO INTEGRADA
DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO
DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOÃO DE MERITI, NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Presidente Lincoln, n.º 899, bairro de Vilar dos Teles, na Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, aqui representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **SANDRO MATOS PEREIRA**, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e **CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE MERITI LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 3320608749-4, com sede à Avenida Presidente Lincoln, n.º 666, sala 101, bairro de Jardim Meriti, na Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, aqui representada pelas empresas **AEGEA – SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A**, com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8º andar, sala 01, CEP 01451-910, Jardim Paulistano, São Paulo e a **SANESUL – CONSTRUTORA SANEAMENTO DO SUL S/A**, com sede a Rua Tabapuã, 500, Edifício Lafayette, Salas 13 e 72, Itaim Bibi, São Paulo, doravante simplesmente denominadas **CONTRATADA**;

*Considerando que o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** celebraram, em 25 de junho de 1998, o **CONTRATO DE CONCESSÃO** n.º 86/98 (o “Contrato”), tendo por objeto a *gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de São João de Meriti, incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços, obras e equipamentos necessários à consecução desse objeto*;*

Considerando o teor da Lei Municipal n.º 1.795/11, que autoriza a gestão associada, entre a Municipalidade e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, dos serviços públicos de saneamento no Município de São João de Meriti, bem como do Convênio de Cooperação

celebrado, em 13 de setembro de 2011, entre o Município de São João de Meriti e o Estado do Rio de Janeiro, do Contrato de Programa celebrado em 13 de setembro de 2011, entre o Município de São João de Meriti, o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, e do Contrato de Interdependência celebrado entre o Município de São João de Meriti e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, que regulam a gestão associada dos serviços públicos de saneamento no Município de São João de Meriti;

Considerando o teor da Lei Federal n.º 11.445/07, que estabeleceu diretrizes nacionais para a prestação dos serviços de saneamento básico, notadamente em seu artigo 11, inciso I, bem como a regulamentação do Decreto Federal n.º 7.217/10, notadamente em seu artigo 23, inciso I, que prevêem a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Saneamento como condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico;

Considerando a aprovação do Plano de Saneamento Básico do Município de São João de Meriti pela Lei n.º 1.852 de 08 de agosto de 2012, bem como a necessidade de adequação do Contrato às disposições da Lei Federal n.º 11.445/07, no que concerne à prestação dos serviços de saneamento básico;

Considerando que a Proposta Técnica (Anexo VI) e Proposta Financeira (Anexo VII) apresentada pela Concessionária Águas de Meriti Ltda estão em conformidade com as diretrizes fundamentais estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico específico para os serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Lei n.º 1.852 de 08 de agosto de 2012, e ainda que as referidas propostas passam a integrar o Contrato de Concessão 86/98, estabelecendo assim as regras da concessão a partir desse Termo Aditivo.

Considerando, por fim, a prerrogativa de que goza a Administração Pública acerca da modificação de contratos para melhor adequação às finalidades de interesse público, bem como a necessidade de permanente manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira da concessão;

Resolvem as Partes celebrar o Primeiro Termo Aditivo de Repactuação ao Contrato de Concessão da Gestão Integrada dos Sistemas e Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgotos Sanitários do Município de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro (o "Termo Aditivo"), que se regerá pelas cláusulas e condições adiante consignadas:



CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITIVO

Em decorrência do quanto exposto nas considerações preliminares ao presente Termo Aditivo, as Partes resolvem repactuar o Contrato que, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, passará a vigor com a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a concessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de São João de Meriti, incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços, obras e equipamentos necessários à consecução desse objeto, em conformidade com os Anexos I, II, VI e VII do presente Contrato.

Parágrafo Único: *O objeto do presente Contrato abrange a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta de esgotos sanitários, o tratamento de esgotos e os serviços comerciais e de atendimento aos usuários, em caráter de exclusividade e serão delegados por ordem de serviço inicial, específica para cada serviço.*

CLÁUSULA SEGUNDA: REAJUSTE E DA REVISÃO DA TARIFA

As tarifas Referenciais de Água e de Esgoto (TRA e TRE) foram calculadas considerando-se o período de concessão de 30 (trinta) anos, incluindo e considerando a execução das obras, fornecimento de equipamentos, execução dos investimentos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato.

As tarifas Referenciais de Água e de Esgoto (TRA e TRE) serão preservadas pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei Federal nº 8.987/95, na Lei Federal nº 11.445/07, nas Leis Municipais aplicáveis e no Contrato tendo por finalidade assegurar às Partes, durante todo o prazo da concessão, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, que poderá ser implementada por meio de:

- I - revisão das tarifas Referenciais de Água e de Esgoto (TRA e TRE);*
- II - prorrogação do prazo da concessão;*
- III - adequação das metas de serviço adequado, observado o interesse público;*
- IV - supressão de encargos para a **CONTRATADA**;*
- V - compensação financeira;*
- VI - alteração do ônus da outorga;*
- VII - combinação entre estes meios ou outros meios admitidos em lei.*

Parágrafo Primeiro: *O valor da tarifa Referencial de Água e de Esgoto (TRA e TRE) será reajustado, a cada 12 (doze) meses, com base no Índice Geral de Preços de*

Mercado, divulgado pela Getúlio Vargas, tendo como data base o mês de agosto de 2011.

Parágrafo Segundo: A cada 4 (quatro) anos de vigência do Contrato, a **CONTRATADA** terá direito à revisão ordinária do valor das tarifas, objetivando a distribuição de ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, que também será o momento de ajustes que captem possíveis distorções, para mais ou para menos, nos custos dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, nos objetivos e metas previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos insumos em geral, sempre tomando como base para aferição do equilíbrio econômico-financeiro, a Taxa Interna de Retorno constante da Proposta Financeira da concessão, Anexo VII deste Contrato, de acordo com o seguinte procedimento:

I - O pedido de revisão ordinária, acompanhada dos estudos que a fundamentem, será apresentado pela **CONTRATADA**, para a "**ENTIDADE REGULADORA**" até o primeiro dia de maio do ano anterior em que se preveja a revisão ordinária do valor das tarifas, e, caso não haja pedido, deverá a **ENTIDADE REGULADORA** instaurar procedimento de revisão ordinária ex officio, providenciando os estudos pertinentes.

II - A **ENTIDADE REGULADORA**, até o trigésimo dia subsequente, deverá encaminhar Nota Técnica por meio da qual analise o pedido de revisão ordinária e os estudos que o fundamentam.

III - A decisão da **ENTIDADE REGULADORA**, que deverá ser sempre fundamentada, que acolher, total ou parcialmente, o pedido de revisão ordinária da **CONTRATADA**, ou lhe indeferir, deverá ser publicada na imprensa oficial até o trigésimo quinto dia contado do recebimento ou da instauração do procedimento de revisão ordinária.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** terá direito à revisão extraordinária do valor das tarifas, a qualquer tempo, sem prejuízo de que as revisões ordinárias ocorram nas datas previstas, quando se verificar qualquer um dos seguintes eventos:

I - Modificação unilateral deste Contrato que importe variação dos custos ou das receitas da **CONTRATADA**, tanto para mais quanto para menos;

II - Alteração legislativa que implique a criação, a modificação ou a extinção de tributos após a data de publicação do edital;

III - Alteração legislativa, em qualquer esfera federativa, que implique ônus a ser suportado pela **CONTRATADA**;

IV - Ocorrência de fato do príncipe ou de fato da administração de que resultem, comprovadamente, variações nos custos ou nas receitas da **CONTRATADA**, incluindo determinações de autoridades administrativas ou judiciárias, inclusive por termos de ajustamento de conduta, que alterem os encargos da concessão, dentre eles, a modificação ou a antecipação dos objetivos e metas da concessão;



V - Ocorrência de caso fortuito, força maior ou sujeições imprevistas que acarretem alteração dos custos ou das receitas da **CONTRATADA** e cuja responsabilidade não seja a ela atribuível;

VI - Alterações nos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

VII - Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, implicando alteração nos custos, nos encargos ou nas receitas da **CONTRATADA**;

VIII - No caso de fornecimento de água aos usuários por prestador de serviço interdependente em volume total medido de água inferior a 286 litros/habitante/dia (duzentos e oitenta e seis litros por habitante por dia);

IX - Demais casos não expressamente listados acima que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato e não causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: Ocorrendo qualquer dos eventos mencionados no parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará à **ENTIDADE REGULADORA** o requerimento de revisão extraordinária, contendo todas as informações e dados necessários à análise do referido requerimento, acompanhado de relatório técnico ou de laudo pericial que demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão do evento no equilíbrio econômico financeiro do Contrato, o qual tomará por base a Taxa Interna de Retorno constante da Proposta Financeira da concessão, Anexo VII deste Contrato..

Parágrafo Quinto: Caso a **ENTIDADE REGULADORA** manifeste-se contrariamente ao requerimento de revisão extraordinária, deverá fazê-lo de forma amplamente motivada e dentro do prazo de 30 (trinta) dias da protocolização do pedido da **CONTRATADA**. Decorrido o prazo sem que tenha sido publicada manifestação conclusiva da **ENTIDADE REGULADORA** sobre o pedido de revisão extraordinária, considerar-se-á este aprovado, devendo a própria **CONTRATADA** providenciar a sua publicação nos 15 (quinze) dias seguintes.

Parágrafo Sexto: Sempre que se efetivar a revisão extraordinária, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo da ocorrência de outras situações fáticas ou jurídicas não contempladas e que venham a ensejar nova revisão extraordinária.

CLÁUSULA TERCEIRA: PRAZOS

O prazo deste Contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da data de emissão da ordem de serviço inicial.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** poderá a partir do terceiro mês anterior ao término da vigência do presente Contrato, propor ao **CONTRATANTE** a prorrogação da Concessão, por igual período, desde que não tenha sofrido, no último ano do Contrato, quaisquer das penalidades previstas no mesmo.



CLÁUSULA QUARTA: BENS REVERSÍVEIS

A concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerados como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à prestação dos serviços, conforme indicado no Plano Municipal de Saneamento Básico.

***Parágrafo Primeiro:** Integrarão também a concessão todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela **CONTRATADA**, ao longo do período de concessão, necessários e vinculados à execução dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, na área de concessão.*

***Parágrafo Segundo:** Os bens afetos à concessão somente poderão ser alienados ou onerados pela **CONTRATADA** se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**.*

***Parágrafo Terceiro:** Para os efeitos do disposto nos itens anteriores, os bens deverão estar devidamente registrados na contabilidade da **CONTRATADA**, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo **CONTRATANTE**.*

***Parágrafo Quarto:** O **CONTRATANTE** obriga-se a entregar os bens afetos à concessão inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos. Os ônus decorrentes da regularização de passivos ambientais para acesso ou uso dos bens afetos à concessão correrão às custas exclusivas do **CONTRATANTE**.*

***Parágrafo Quinto:** Na extinção da concessão, todos os bens a ela afetos, recebidos, construídos ou adquiridos pela **CONTRATADA** e integrados diretamente à concessão, serão revertidos para o **CONTRATANTE**, nas condições estabelecidas no Contrato.*

***Parágrafo Sexto:** A **CONTRATADA** deverá elaborar no prazo de 18 (dezoito) meses contados da emissão da Ordem de serviço específica, o Relatório de Bens Reversíveis do Sistema, identificando e caracterizando o bem, seu estado, condições operacionais e necessidade de reforma, devendo este relatório conter o cadastro técnico das redes do sistema e atestado pela Fiscalização.*

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

*A **CONTRATADA**, para o exato cumprimento do objeto deste Contrato, previsto na cláusula primeira, obriga-se a:*

- I - prestar serviço adequado, satisfazendo as condições do Contrato e dos atos de regulação, respeitando a legislação aplicável;*
- II - Elaborar, executar e fiscalizar todas as obras e serviços de engenharia vinculados aos serviços delegados;*



III - zelar pela boa qualidade do serviço, sendo permitida a utilização de alternativas de engenharia para atendimento a áreas de interesse social

IV - auxiliar o **CONTRATANTE**, com dados e estudos, para a definição de tarifa social destinada aos usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços, conforme disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico e em observância à Lei Federal n.º 11.445/07;

V - manter em dia o inventário e o registro de todos os bens utilizados vinculados à concessão;

VI - prestar contas da gestão do serviço à **CONTRATANTE** e aos usuários, nos termos definidos no Contrato;

VII - fornecer toda e qualquer informação sobre a prestação do serviço à **CONTRATANTE** à **ENTIDADE REGULADORA** ou ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – **SAAE** (“**SAAE**”) quando solicitada;

VIII – conservar os bens vinculados à operação e prestação do serviço, zelando pela sua integridade e segurando-os adequadamente, observadas as normas técnicas;

IX - informar, em prazo hábil, e, em decorrência, interagir com o **CONTRATANTE** na busca de solução para as situações que venham a causar desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato, inclusive nos casos em que os serviços prestados pela **CONTRATADA** sofram impactos decorrentes da prestação interdependente dos serviços de saneamento básico;

X – apresentar proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, previsto pela Lei Federal n.º 11.445/07, quanto aos serviços que lhe sejam delegados;

XI - informar os usuários sobre as interrupções e restabelecimento programados do serviço, observando as normas de regulação da **ENTIDADE REGULADORA**, que fixarem as condições e prazos;

XII - restabelecer o serviço quando o usuário efetuar o pagamento do débito ou acordar seu parcelamento;

XIII - observar as normas de regulação e permitir aos encarregados pela fiscalização dos serviços livre acesso, desde que devidamente identificados, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do sistema, bem como a seus registros contábeis e aos demais documentos ligados à concessão;

XIV - cobrar do usuário e arrecadar, a título de contrapartida a tarifa, preço ou outra contraprestação que couber em espécie, atendendo as disposições do regulamento dos serviços e dos instrumentos de regulação de atividades interdependentes;

XV – receber, além da tarifa de esgotamento sanitário, o preço pelos serviços complementares efetivamente prestados e pagos diretamente pelos usuários, as multas e juros a que se referirem ao serviço ou sistema de esgotamento sanitário, bem como o ressarcimento dos serviços comerciais e de atendimento aos usuários, prestados conforme contrato de interdependência, no valor mensal fixado no anexo IV;

XVI - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos serviços;

[Assinatura]



XVII - ter o Contrato revisto sempre que necessário, a fim de preservar de forma permanente o equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato.

XVIII - cooperar com o Município e demais agentes que atuam no serviço público de saneamento básico, para a melhora da eficiência hídrica e energética dos sistemas de saneamento básico, visando à universalização, regularidade e eficiência dos serviços de saneamento básico;

XIX - Cumprir as metas e indicadores previstos no Anexo I deste Contrato;

XX - Cumprir o Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo II deste Contrato, no que se refere às normas técnicas e parâmetros de qualidade aplicáveis, para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, bem como as relações entre a **CONTRATADA** e os usuários;

XXI - Cumprir o Contrato de Interdependência e demais instrumentos de regulação das atividades interdependentes, Anexo V deste Contrato;

XXII - zelar pelas boas condições de saúde da população nos projetos de ampliação e implantação do sistema;

XXIII - Proceder ao recolhimento dos tributos incidentes sobre as receitas e sobre os serviços delegados e efetivamente prestados sob a égide do presente Contrato; e,

XXIV - Acompanhar o cumprimento das metas, indicadores e investimentos de responsabilidade dos prestadores de serviços públicos interdependentes de saneamento básico, podendo implantar a infraestrutura necessária para tal acompanhamento.

Parágrafo Único: O CONTRATANTE obriga-se a:

I - fiscalizar permanentemente a prestação do serviço concedido;

II - aplicar as penalidades contratuais e regulamentares;

III - intervir na prestação de serviço, nos casos e condições previstas em Lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos em Lei e no Contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão tarifária, conforme disposições deste Contrato e das normas pertinentes;

VI - cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais e as disposições regulamentares;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar reclamações dos usuários, cientificando-os em até 30 (trinta) dias das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública;

X - estimular o aumento da qualidade e produtividade do serviço, bem como a preservação e conservação do meio-ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - observar o princípio fundamental do regime jurídico da concessão, que é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, inclusive nos casos em que os serviços prestados pela **CONTRATADA** sofram impactos decorrentes da prestação interdependente dos serviços de saneamento básico;



XIII - entregar os bens afetos à concessão inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos;

XIV - responder, integral e exclusivamente, por quaisquer questões relativas a atos ou fatos anteriores a assunção dos serviços pela **CONTRATADA**, inclusive passivos ambientais, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não poderá ser imputada qualquer responsabilidade a **CONTRATADA**;

XV - garantir a recepção do produto da coleta de esgotos pela **CONTRATADA**, independentemente do volume coletado, em caso de prestação de serviços interdependentes;

XVI - cumprir, fazer cumprir e adotar as medidas necessárias ao estrito cumprimento das metas, indicadores e investimentos de responsabilidade dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

XVII - assegurar o valor de ressarcimento pela prestação dos serviços comerciais previstos no anexo IV do Contrato, no caso de prestação de serviços interdependentes;

XVIII - Instituir os instrumentos legais necessários quanto a obrigatoriedade de ligações dos domicílios à rede do sistema público de esgotamento sanitário, definindo as penalidades para o caso de não adesão.

CLÁUSULA SEXTA: PENALIDADES

No caso de descumprimento de qualquer obrigação legal, contratual ou inserta no edital da respectiva licitação por parte da **CONTRATADA** o **CONTRATANTE**, assegurado o direito de defesa, poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa de 0,10% (um décimo por cento) do valor do Contrato, a qual será dobrada no caso de reincidência, até o limite de 1% (um por cento);

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de mora da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá aplicar, após regular procedimento administrativo, multa de 0,10% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA: ASSUNÇÃO DE RISCOS

A **CONTRATADA**, a partir da data da celebração deste Contrato, assumirá integral responsabilidade por todos os riscos e obrigações inerentes à exploração da concessão, observado o disposto abaixo e as demais condições previstas neste Contrato.



A **CONTRATADA** não será responsável pelos seguintes riscos relacionados à concessão, cuja responsabilidade é do **CONTRATANTE**:

I - decisão judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a concessionária de cobrar a tarifa dos serviços ou de reajustá-la de acordo com o estabelecido no Contrato, exceto nos casos em que a concessionária houver dado causa a tal decisão;

II - modificação unilateral do Contrato pelo **CONTRATANTE**;

III - descumprimento, pelo **CONTRATANTE**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao **CONTRATANTE** previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;

IV - caso fortuito ou força maior;

V - alteração, pelo **CONTRATANTE**, dos encargos atribuídos à **CONTRATADA** no Contrato, incluindo, mas não se limitando, as obras ou serviços descritos neste Contrato e seus anexos, bem como no regulamento;

VI - criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda;

VII - descumprimento das obrigações e metas pelo **CONTRATANTE**, ou pelo agente designado para a prestação de serviços interdependentes que interfiram na execução dos serviços delegados a **CONTRATADA**;

VIII - responsabilidade sobre os passivos ambientais já existentes ou originados em data anterior à assunção dos serviços, cuja responsabilidade é do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA: SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

A **CONTRATADA**, durante todo o prazo da concessão, deverá prestar os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de acordo com o disposto neste Contrato, visando ao pleno e satisfatório atendimento dos usuários.

Para os efeitos desta cláusula e sem prejuízo do disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos usuários, considerando-se:

I - regularidade: a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário nas condições estabelecidas neste Contrato, no regulamento e em outras normas técnicas em vigor;

APPROVO
Bento Martins
da Silva Netto
PROCURADOR GERAL
São João de Meriti

II - continuidade: a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de modo contínuo, sem interrupções, exceto nas situações previstas neste Contrato, no regulamento e nas demais normas em vigor;

III - eficiência: a execução dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no regulamento, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;

IV - segurança: a execução dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário com a utilização de técnicas que visem à prevenção de danos aos usuários, aos empregados da **CONTRATADA** e às instalações do serviço;

V - atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações destinadas à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário;

VI - generalidade: universalidade do direito ao atendimento dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em conformidade com os termos deste Contrato, do regulamento e demais normas aplicáveis;

VII - cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações; e,

VIII - modicidade das tarifas: a justa correlação entre os encargos da concessão e a tarifas pagas pelos usuários.

Parágrafo Único: Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, são aqueles estabelecidos no Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo VI e Anexo VII deste Contrato e nas demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, além das demais condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA: DESAPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

Caso sejam necessárias desapropriações ou servidões administrativas a **CONTRATADA**:

I - será a única responsável pelo ônus das desapropriações ou das instituições de servidões administrativas;

II - promoverá as desapropriações e constituirá as servidões administrativas, mediante autorização específica do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA: FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da concessão será exercida pelo **CONTRATANTE**, por meio do **SAAE**, observadas as atribuições da **ENTIDADE REGULADORA**, com o objetivo de verificar o cumprimento pela **CONTRADA** de suas obrigações.

Parágrafo Primeiro: Para exercício da fiscalização, a **CONTRATADA** obriga-se a manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte do **SAAE** ou da **ENTIDADE REGULADORA**, ao sistema e a todos os dados, livros, registros e documentos relacionados à concessão, prestando, a respeito destes, os esclarecimentos que lhe forem solicitados em prazo razoavelmente estabelecido de comum acordo pelas partes.

Parágrafo Segundo: A fiscalização da concessão não poderá obstruir ou prejudicar a exploração normal da concessão pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo a ser acordado pelas Partes, no todo ou em parte, as obras e serviços pertinentes à concessão em que a fiscalização verifique, de forma justificada e comprovada, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, considerando-se a complexidade técnica da questão em análise.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

São direitos e deveres dos usuários do serviço objeto desta licitação:

- I – receber e utilizar serviço adequado, observando o Regulamento dos Serviços;
- II – receber do Poder Concedente e da Concessionária informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
- III – obter e utilizar o serviço observando as normas do Poder Concedente;
- IV – levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação do serviço;
- VI – contribuir para a permanência de boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- VIII – pagar as tarifas, taxas e preços públicos, mensalmente, conforme definidas no Contrato, dentro dos prazos contratuais, sob pena de suspensão dos serviços e cobrança compulsória dos valores devidos, acrescidos de multa e do reajuste legal aplicáveis; e,
- IX – Permitir o exame das instalações hidro sanitárias prediais;
- X – Atender as normas específicas para despejos industriais, hospitalares e outros não domiciliares regidos por normas peculiares; e,
- XI – Consultar previamente a **CONTRATADA** sobre a disponibilidade de fornecimento dos serviços antes da implantação de novos empreendimentos imobiliários.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: INVESTIMENTOS E OBRAS

*Para a realização dos investimentos necessários, a **CONTRATADA** deverá obedecer às normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e eficiência.*

***Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, ao final de cada obra, toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo.*

***Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** poderá dar início à execução das obras, desde que atendidas às disposições deste Contrato.*

***Parágrafo Terceiro:** Em caso de prestação interdependente de serviços a **CONTRATADA** poderá dar início à execução de obras decorrentes do previsto no inciso XVIII do caput da Cláusula Quinta, desde que previamente autorizado pelo **CONTRATANTE** e pela prestadora do serviço interdependente.*

***Parágrafo Quarto:** A **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada pela inexecução de investimentos e obras previstas no Contrato, caso se verifique o descumprimento de obrigações e metas pelo **CONTRATANTE**, ou pela empresa designada para prestação de serviços interdependentes que interfiram na execução dos serviços delegados a **CONTRATADA**.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: SEGUROS

*Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a **CONTRATADA** deverá comprovar a contratação com seguradoras que operem no Brasil, até 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão da ordem de serviço inicial, as coberturas de seguros estabelecidas nos itens seguintes, e mantê-las em vigor durante todo o prazo da concessão:*

I - Seguro de Riscos de Engenharia – cobrindo danos materiais que possam ser causados às obras decorrentes do Contrato. A importância segurada da apólice do referido seguro deverá ser igual ao valor total de cada uma das obras. Devem-se considerar, além da cobertura básica, as coberturas adicionais de Erros de Projeto / Riscos do Fabricante, Despesas com desentulho, Despesas Extraordinárias, Honorários de Peritos e Tumultos;

*II - Seguro de Riscos Patrimoniais - cobrindo danos materiais aos prédios, instalações, máquinas e equipamentos cedidos pelo **CONTRATANTE** e ocupados pela **CONTRATADA** que apresentem vinculação com o objeto da concessão. O valor segurado deverá corresponder ao custo de reposição, considerando a depreciação pelo uso e estado de conservação vigente na data de início de cobertura da apólice.*



Adicionalmente deverá ser contratada a cobertura de perda de receita bruta e gastos adicionais; e,

III - Seguro de Responsabilidade Civil, Geral e de Veículos - cobrindo a **CONTRATADA**, a **ENTIDADE REGULADORA** e o **CONTRATANTE**, bem como, seus administradores, empregados, funcionários, contratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, indenização de custos processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos pessoais, morais, materiais, incluindo poluição accidental decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.

Parágrafo Primeiro: O limite de cobertura contratada para danos materiais deverá basear-se nos custos de reposição.

Parágrafo Segundo: As apólices deverão incluir o **CONTRATANTE** como co-segurado, com cláusula de expressa renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que as seguradoras tenham ou venham a ter contra este.

Parágrafo Terceiro: Os seguros descritos nesta cláusula deverão ter vigência anual e deverão estar vigentes durante todo o prazo do Contrato, à exceção do seguro de Riscos de Engenharia que terá vigência idêntica a das obras seguradas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONTRATOS COM TERCEIROS

Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Contrato, a **CONTRATADA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, bem como a implantação de projetos associados e a execução dos serviços complementares, desde que não ultrapassem o prazo da concessão.

Parágrafo Primeiro: As contratações de que trata esta cláusula serão regidas pelo Direito Privado e, no que se refere aos seus empregados, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre estes terceiros e o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da concessão.

Parágrafo Terceiro: Ainda que o **CONTRATANTE** tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela **CONTRATADA** com terceiros, por força do estabelecido no edital ou neste Contrato, a **CONTRATADA** não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ao **CONTRATANTE** qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA OUTORGA E DO PAGAMENTO

O preço da outorga, a ser pago pelo adjudicatário ao município, à partir do trigésimo primeiro mês, equivalerá a 2,5% (dois e meio por cento) sobre a arrecadação líquida pela prestação dos serviços delegados à CONTRATADA no mês anterior.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos decorrentes deste Contrato far-se-ão através de ordem bancária, em 30 (trinta) dias, contados da data de adimplemento de cada etapa.

Parágrafo Segundo: O valor devido de outorga poderá ser majorado ou reduzido de modo a compensar eventuais diferenças de receita oriundos da cobrança das tarifas aos usuários e as tarifas decorrentes da TRA e TRE definidas neste contrato, bem como da não fixação por qualquer motivo dos valores de ressarcimento pelos serviços interdependentes ou de compra de água no atacado, especificados no anexo IV, devendo a memória de cálculo de qualquer compensação mensal ser atestada pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: PAGAMENTO DA ÁGUA ADUZIDA AO MUNICÍPIO

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo pagamento à eventual titular do domínio da água aduzida ao Município, devendo comprová-lo mensalmente, em até 5 (cinco) dias após efetuá-lo, ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: SISTEMA TARIFÁRIO

A tarifa referencial de água (TRA) e a tarifa referencial de esgoto (TRE) serão, cada uma, de R\$ 1,7892 (um real, setenta e oito centavos e noventa e dois centésimos de centavos) por metro cúbico de água distribuída.

Parágrafo Primeiro: Os serviços complementares e respectivos preços são os definidos no Anexo IV deste Contrato.

Parágrafo Segundo: A partir da data de assunção do sistema, a CONTRATADA poderá efetuar a cobrança direta aos usuários pelos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Parágrafo Terceiro: A tarifa pública cobrada do usuário será calculada observando-se o sistema tarifário da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE.

Parágrafo Quarto: A tarifa de esgoto cobrado do usuário será igual a 100% (cem por cento) da tarifa de abastecimento de água nos termos da legislação municipal.

[Handwritten signatures and stamps]
APROVO
Rafael Martins
da Silva Neto
PROCURADOR GERAL
2010 07 01

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORMA E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Anualmente, a **CONTRATADA** deverá prestar contas ao **CONTRATANTE** da seguinte forma:

I - a documentação deverá ser protocolizada no setor competente da sede do **CONTRATANTE** até 60 (sessenta) dias após o término do período mencionado no inciso II abaixo;

II - a prestação de contas se referirá ao período do ano anterior;

III - a prestação de contas incluirá a receita tarifária global e por espécie, o pagamento da água aduzida ao Município, os investimentos e seus valores, os custos operacionais, as despesas tributárias, o pagamento de outorga, bem como os valores de água aduzida, distribuída e faturada.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** fará publicar a prestação de contas em jornal de grande publicação no território do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA

Sempre que, em cumprimento à legislação federal societária ou fiscal, a **CONTRATADA** for obrigada a publicar demonstrações financeiras, enviará uma cópia ao **CONTRATANTE**, a qual deverá ser protocolizada no setor competente da sede do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, a **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução das obras previstas neste Contrato, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do total dos investimentos previstos.

Parágrafo Primeiro: A garantia do Contrato deverá ser mantida pela **CONTRATADA** até a data de extinção deste Contrato e seu valor atualizado anualmente por meio do mesmo percentual utilizado para reajustar a estrutura tarifária, conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, acima.

Parágrafo Segundo: O **CONTRATANTE** somente poderá utilizar a garantia do Contrato quando a **CONTRATADA** não proceder, nos prazos definidos neste Contrato, após decisão final em procedimento administrativo específico em que se assegure o contraditório e a ampla defesa, ao pagamento das multas que

Handwritten signatures and official stamps are present at the bottom right of the page. There is a large blue ink signature, a smaller blue ink signature, and a green circular stamp. The stamp contains the text 'PROVO', 'Município de...', 'Secretaria de...', and 'DIRETOR GERAL'. There are also some other smaller, less legible stamps and marks.

porventura, forem aplicadas e/ou ao pagamento dos prêmios dos seguros ora previstos, nos termos referidos neste Contrato.

Parágrafo Terceiro: A garantia de execução do Contrato, a critério da **CONTRATADA**, poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro;

II - títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

III - seguro-garantia; e,

IV - fiança bancária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: REGULAÇÃO DA CONCESSÃO

A regulação do presente Contrato caberá ao **SAAE** durante o período de transição operacional de 120 (cento e vinte) dias a contar da emissão de ordem de início dos serviços, previsto em caso de prestação de serviços interdependentes.

Findo o período de transição operacional, a regulação do presente Contrato caberá à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (**ENTIDADE REGULADORA**), mediante a celebração dos instrumentos de cooperação específicos, à qual incumbirá a verificação do cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico pela **CONTRATADA**, bem como a edição de normas atinentes a:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

e,

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.



Parágrafo Único: A **CONTRATADA** deverá fornecer à **ENTIDADE REGULADORA** todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e do presente Contrato, inclusive os dados e informações produzidos por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: INTERVENÇÃO

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, o **CONTRATANTE** poderá, excepcionalmente, intervir na concessão, por indicação da entidade fiscalizadora, com o fim de assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A intervenção se dará mediante edição de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo o **CONTRATANTE** justificar a intervenção, indicar o nome do interventor, definir o prazo da intervenção, bem como os objetivos e limites da medida.

Parágrafo Segundo: Declarada a intervenção, o **CONTRATANTE** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo Terceiro: Caso seja comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, o **CONTRATANTE** declarará sua nulidade, devendo os serviços públicos delegados ser imediatamente devolvido à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: O procedimento administrativo a que se refere esta Cláusula deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cessarem os efeitos da intervenção, sem prejuízo do prosseguimento do processo administrativo.

Parágrafo Quinto: Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à **CONTRATADA**, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá por todos os atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO

Extingue-se a concessão por:

- I - advento do termo contratual;*
- II - encampação;*
- III - caducidade;*
- IV - rescisão;*
- V - anulação da concessão, e*
- VI - falência ou extinção da **CONTRATADA**.*

Parágrafo Primeiro: *Extinta a concessão, opera-se, de pleno direito, a reversão ao **CONTRATANTE** dos bens afetos aos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, pagando-se, se houver, a respectiva indenização à **CONTRATADA**, relativamente aos bens incorporados à concessão, nos termos deste Contrato.*

Parágrafo Segundo: *A extinção da concessão faculta ao **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, o direito de manter a **CONTRATADA** na prestação dos serviços públicos delegados até que se processe e finalize licitação para a delegação de nova concessão. Nesse caso, sem prejuízo da reversão dos bens afetos à concessão, obriga-se a **CONTRATADA** a continuar a prestar, de maneira adequada, os serviços públicos, nas mesmas bases deste Contrato, até que ocorra a substituição por outra delegatária, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro previsto neste Contrato.*

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

*O advento do termo final do Contrato opera, de pleno direito, a extinção da concessão. O **CONTRATANTE**, com antecedência de 1 (um) ano da data prevista para o termo contratual, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização prévia eventualmente devida à **CONTRATADA**, nos termos dos parágrafos seguintes.*

Parágrafo Primeiro: *A indenização devida pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, no caso de extinção prevista nesta Cláusula, englobará os investimentos realizados que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo **CONTRATANTE**, bem como os créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão, devendo a indenização ser paga até a data da assunção dos serviços, devidamente corrigida nos mesmos termos do reajuste das tarifas, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.*

Parágrafo Segundo: *Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.*

The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the bottom right, there is a circular official stamp. The stamp contains the text: 'APPROVO', 'Davi Martins', 'PROCURADOR GERAL', and 'Estado de Goiás'. There are also some handwritten initials and marks around the stamp.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: ENCAMPAÇÃO

A encampação é a retomada da concessão pelo **CONTRATANTE**, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica. O **CONTRATANTE**, previamente à encampação da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à **CONTRATADA**, nos termos dos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro: Caso a concessão venha a ser extinta por encampação, a indenização devida pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá ser paga previamente à reversão dos bens, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/95, e incluirá os investimentos realizados pela **CONTRATADA**, segundo plano de investimentos previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**, que ainda não estiverem depreciados ou amortizados, bem como os créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste.

Parágrafo Segundo: Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: CADUCIDADE

A inexecução total ou parcial reiterada do Contrato acarretará, a critério do **CONTRATANTE**, a declaração de caducidade da concessão, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Contrato, especialmente desta Cláusula. A caducidade da concessão, por ação ou omissão da **CONTRATADA**, poderá ser declarada quando ocorrer:

I - perda das condições econômicas, técnicas ou operacionais, para manter a adequada prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário;

II - transferência da concessão, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

III - reiterado descumprimento das obrigações contratuais, normas técnicas e das condições da adequada prestação dos serviços, devidamente consignadas em processo administrativo, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Primeiro: A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da **CONTRATADA** em processo administrativo, assegurando-se a esta o direito de ampla defesa e contraditório.

Parágrafo Segundo: Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a **CONTRATADA** ter sido previamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser-lhe concedido prazo para



corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste Contrato.

Parágrafo Terceiro: Instaurado o processo administrativo, uma vez comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada mediante Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pagando-se a respectiva indenização.

Parágrafo Quarto: No caso da extinção do Contrato por caducidade, a **CONTRATADA** fará jus ao recebimento da devida indenização, em que serão considerados os investimentos realizados pela **CONTRATADA**, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo **CONTRATANTE**, bem como os créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

Parágrafo Quinto: Da indenização prevista no parágrafo quarto acima será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto: A indenização a que se refere o parágrafo quarto acima, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à **CONTRATADA**, será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos valores recebidos pelo **CONTRATANTE** ou por outra empresa que esteja prestando os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município a título de tarifa.

Parágrafo Sétimo: O **CONTRATANTE** deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o parágrafo sexto acima, referente aos valores recebidos, pelo **CONTRATANTE** ou por terceiro, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, seja automaticamente repassada à **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo: A critério exclusivo do **CONTRATANTE** a indenização de que trata o parágrafo quarto desta cláusula poderá ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova concessionária, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

Parágrafo Nono: A declaração de caducidade da concessão acarretará, ainda, para a **CONTRATADA**:

I - retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;

II - reversão imediata ao **CONTRATANTE** dos bens afetos à concessão; e,

III - retomada imediata, pelo **CONTRATANTE** dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

Parágrafo Décimo: Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: RESCISÃO

A **CONTRATADA** poderá rescindir o Contrato no caso de descumprimento das normas contratuais pelo **CONTRATANTE**, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim. Nesta hipótese, os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial haver transitado em julgado.

Parágrafo Primeiro: No caso da extinção do Contrato por rescisão, a **CONTRATADA** fará jus ao recebimento da devida indenização, em que serão considerados os investimentos realizados pela **CONTRATADA**, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo **CONTRATANTE**, bem como os créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de rescisão do Contrato por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, a indenização deverá ser paga pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à **CONTRATADA**, devendo esta ser desembolsada mensalmente até que haja sua plena quitação, com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos valores recebidos pelo **CONTRATANTE** ou por outra empresa que esteja prestando os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município a título de tarifa.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o parágrafo segundo acima, referente aos valores recebidos, pelo **CONTRATANTE** ou por terceiro, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, seja automaticamente repassada à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: A critério exclusivo do **CONTRATANTE** a indenização de que trata o parágrafo segundo desta cláusula poderá ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova concessionária, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

Handwritten signatures and official stamp of the Procurador Geral do Município de São Paulo. The stamp is circular and contains the text: 'PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO'. There are several handwritten marks, including a large 'X' and a signature that appears to be 'Miguel'.

Parágrafo Quinto: Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

Em caso de anulação da concessão, por eventuais ilegalidades verificadas no edital, na licitação, neste Contrato e em seus Anexos, será devida indenização pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, exclusivamente no que se refere a obras e investimentos realizados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro: O **CONTRATANTE**, no caso de anulação da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à **CONTRATADA**, nos termos dos parágrafos seguintes.

Parágrafo Segundo: A indenização devida deverá ser paga pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à **CONTRATADA**, devendo esta ser desembolsada mensalmente até que haja sua plena quitação, com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos valores recebidos pelo **CONTRATANTE** ou por outra empresa que esteja prestando os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município a título de tarifa.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o parágrafo segundo acima, referente aos valores recebidos, pelo **CONTRATANTE** ou por terceiro, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, seja automaticamente repassada à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: A critério exclusivo do **CONTRATANTE** a indenização de que trata o parágrafo segundo desta cláusula poderá ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova concessionária, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

Parágrafo Quinto: Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONTRATADA

A concessão poderá ser extinta caso a **CONTRATADA** tenha a sua falência decretada ou no caso de extinção da **CONTRATADA**, hipótese em que a indenização devida pela **CONTRATANTE** será calculada tomando como base os investimentos realizados pela **CONTRATADA**, segundo plano de investimentos.

previamente aprovado pela **CONTRANTE**, que não se achem ainda totalmente amortizados ou depreciados, no curso do Contrato, bem como os créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão, corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste.

Parágrafo Primeiro: A indenização a que se refere o caput da presente cláusula será paga à massa falida, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à **CONTRATADA**, devendo esta ser desembolsada mensalmente até que haja sua plena quitação, com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos valores recebidos pela **CONTRANTE** ou por outra empresa que esteja prestando os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município a título de tarifa.

Parágrafo Segundo: O **CONTRATANTE** deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o caput da presente cláusula, referente aos valores recebidos pelo **CONTRATANTE** ou por terceiro, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, seja automaticamente repassada à **CONTRATADA**.



Parágrafo Terceiro: A critério exclusivo do **CONTRATANTE** a indenização de que trata o caput da presente cláusula poderá ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova concessionária, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de dissolução ou liquidação da **CONTRATADA**, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que o **CONTRATANTE** ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens afetos à concessão que serão revertidos livres de ônus, ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao **CONTRATANTE** a título de indenização ou a qualquer outro título.

Parágrafo Quinto: Aplicam-se, no que couber, as disposições constantes da Cláusula Trigésima do presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: REVERSÃO DOS BENS E INDENIZAÇÕES CABÍVES

Extinto o presente Contrato, por qualquer um dos motivos especificados no caput da cláusula Vigésima Terceira acima, reverterão ao patrimônio do **CONTRATANTE** os bens reversíveis vinculados a Concessão, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação do montante da indenização prévia devida à **CONTRATADA**, observados os valores e as datas de sua incorporação aos sistemas de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário.



Parágrafo Primeiro: A reversão se dará sempre mediante o pagamento, pelo **CONTRATANTE**, de indenização quanto aos investimentos efetuados pela **CONTRATADA** para a aquisição, construção ou implantação de bens reversíveis ainda não amortizados no momento da extinção do Contrato, bem como do pagamento dos créditos referentes aos serviços prestados aos usuários e ainda não faturados até a data de extinção da concessão.

Parágrafo Segundo: Os bens reversíveis serão identificados mediante vistoria conjunta, a ser realizada previamente à data da extinção do Contrato, por um representante de cada uma das Partes.

Parágrafo Terceiro: O valor da indenização correspondente aos bens reversíveis será definida mediante reavaliação do seu valor patrimonial, nos termos da legislação tributária e societária aplicável.

Parágrafo Quarto: A reavaliação será feita por empresa de auditoria independente ou banco de investimentos de primeira linha contratado para tal fim pela **CONTRATADA**, desde que aceito pelo **CONTRATANTE**, obrigando-se a encaminhar o laudo de avaliação ao **CONTRATANTE**, em até 60 (sessenta) dias após a realização da vistoria prevista no parágrafo segundo acima.

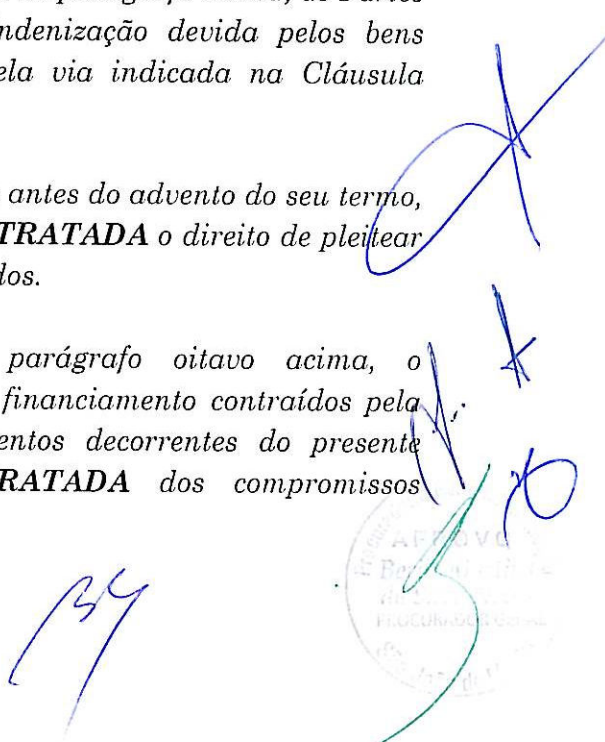
Parágrafo Quinto: O **CONTRATANTE** terá o prazo de 30 (trinta) dias para examinar o laudo e apresentar eventuais objeções, devidamente fundamentadas. Não havendo manifestação de objeção, considerar-se-á aprovado o laudo de avaliação, hipótese em que o **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento da indenização correspondente antes da extinção do Contrato.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar sobre as objeções eventualmente apresentadas pelo **CONTRATANTE** acerca do laudo de avaliação.

Parágrafo Sétimo: Se, ao término do prazo previsto no parágrafo acima, as Partes não chegarem a consenso quanto ao valor da indenização devida pelos bens reversíveis, a controvérsia deverá ser resolvida pela via indicada na Cláusula Trigésima Segunda.

Parágrafo Oitavo: A extinção do presente Contrato antes do advento do seu termo, salvo na hipótese de caducidade, acarretará à **CONTRATADA** o direito de pleitear indenização integral pelas perdas e danos daí advindos.

Parágrafo Nono: Na hipótese prevista no parágrafo oitavo acima, o **CONTRATANTE** poderá assumir os contratos de financiamento contraídos pela **CONTRATADA** para a realização dos investimentos decorrentes do presente Contrato, desonerando integralmente a **CONTRATADA** dos compromissos respectivos.



Parágrafo Décimo: Na hipótese de advento do termo contratual sem a completa amortização e remuneração dos investimentos efetuados pela **CONTRATADA**, em virtude de ruptura da equação econômico-financeira do Contrato não recomposta integralmente até o advento do termo final de vigência do Contrato, o **CONTRATANTE** se obriga a indenizar integralmente a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO

No caso de inexecução total ou parcial deste Contrato, decorrente diretamente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ato da Administração ou de interferências imprevistas, que retardem ou impeçam o cumprimento deste Contrato, devidamente justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, ficará a **CONTRATADA** exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento do cronograma de obras e serviços, da realização de investimentos, do atendimento das metas e indicadores de qualidade da prestação de serviços e das demais obrigações oriundas do Contrato.

Parágrafo Primeiro: Não se caracteriza, ainda, como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela **CONTRATADA** em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens, nas seguintes hipóteses:

- I - quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no sistema;
- II - caso, a juízo da **CONTRATADA**, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas; ou,
- III - por inadimplemento do usuário, após comunicação por escrito nesse sentido.

Parágrafo Segundo: A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nesta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, informando as medidas adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes, sendo que no caso de interrupção motivada por razões de ordem técnica, deverá ser o **CONTRATANTE** ser previamente comunicado.

Parágrafo Terceiro: Cabe à **CONTRATADA**, em qualquer uma das hipóteses comentadas nesta cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário, sujeito à fiscalização do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: Ocorrendo quaisquer dos fatos mencionados nos itens anteriores, o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** acordarão, alternativamente, acerca da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato ou da extinção da concessão, caso a impossibilidade de cumprimento deste Contrato se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa para o **CONTRATANTE**.

Handwritten signatures and official stamps are present at the bottom right of the page. There is a large blue 'X' mark, a signature in blue ink, and a circular official stamp with text that is partially legible, including 'PROCURADORIA' and 'FISCALIAÇÃO'.

Parágrafo Quinto: No caso de extinção da concessão, em virtude da impossibilidade de cumprimento deste Contrato a que se refere o parágrafo quarto, as Partes acordarão acerca do pagamento da indenização devida pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto: A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, poderá a indenização de que trata esta Cláusula, ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.987/95.

Parágrafo Sétimo: Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto neste item serão dirimidos pela via prevista na Cláusula Trigésima Segunda.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

A submissão de qualquer questão à solução prevista nesta cláusula não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do Contrato e das determinações do **CONTRATANTE** a ele atinentes, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, assim permanecendo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se obriga a dar imediato conhecimento ao **CONTRATANTE** da ocorrência de qualquer conflito ou litígio e a lhe prestar toda e qualquer informação relevante relativa a sua evolução.

Parágrafo Segundo: Para dirimir conflitos e litígios que não tenham sido solucionados por meio dos mecanismos amigáveis, é facultado as Partes resolverem, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre elas, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Contrato e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: Eventuais divergências entre as Partes, relativamente às matérias abaixo relacionadas, que não tenham sido solucionadas amigavelmente pelo procedimento de mediação, poderão ser dirimidas por meio de arbitragem, na forma da Lei Federal nº 9.307/96:

I - reconhecimento do direito e determinação do montante respectivo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em favor de qualquer das Partes, em todas as situações previstas no Contrato;

II - reconhecimento de hipóteses de inadimplemento contratual do **CONTRATANTE** ou da **CONTRATADA**;

[Handwritten signatures and stamps are present in the bottom right corner of the page.]

- III - cálculo e aplicação do reajuste previsto no Contrato;
- IV - acionamento dos mecanismos de garantia estipulados no Contrato;
- V - valor da indenização no caso de extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto: O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão, de comum acordo, submeter ainda à arbitragem outras controvérsias relacionadas com a interpretação ou execução do Contrato, delimitando claramente o seu objeto no compromisso arbitral.

Parágrafo Quinto: A arbitragem será conduzida junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

Parágrafo Sexto: A Parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os custos do procedimento arbitral.

Parágrafo Sétimo: Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, ou mesmo durante o procedimento amigável de solução de divergências, as Partes poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário. Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do Tribunal Arbitral, deverão ser solicitadas nos termos do artigo 22, § 4.º da Lei Federal nº 9.307/96.

Parágrafo Oitavo: As decisões do Tribunal Arbitral serão definitivas para o impasse e vincularão as Partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de São João de Meriti para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da aplicação das cláusulas deste Contrato, por mais especial ou privilegiado que seja outro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

O valor estimado do Contrato consiste no valor dos investimentos previstos no prazo da Concessão, constante do Anexo VII.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: ANEXOS

Integram o presente Contrato, para todos os efeitos legais, os seguintes Anexos:

- Anexo I – METAS E INDICADORES DA CONCESSÃO
- Anexo II – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
- Anexo III – REGULAMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO
- Anexo IV – SISTEMA TARIFÁRIO

Anexo V – CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA

Anexo VI – PROPOSTA TÉCNICA - ÁGUAS DE MERITI LTDA

Anexo VII – PROPOSTA FINANCEIRA – ÁGUAS DE MERITI LTDA”

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João de Meriti, 02 de julho de 2013.


MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI


CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE MERITI LTDA.

Testemunha: Claudio Lemos

R. G.: 10891945

CPF/MF: 05154914141

Testemunha: Elaine Montenegro

R. G.: 254939413

CPF/MF: 14518253419

